



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 08 horas e 20 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e OGE para o ano económico de 2011 referente ao Ministério da Educação, Cultura e Formação.

Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação (Olinto Daio),

em resposta às solicitações dos Srs. Deputados O Sr. Jorge Correia (PCD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Alexandre Guadalupe (ADI), José Diogo (ADI), José António (ADI) e Martinho Domingo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 08 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Accção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
José da Graça Diogo
Martinho da Trindade Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros Pinto
António Afonso Ramos
António Neves Sacramento Barros
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

...por deficiência na gravação não nos é possível transcrever parte desta intervenção...

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — ... *por deficiência na gravação não nos é possível transcrever parte desta intervenção* ... de perguntar: por exemplo, vejo aqui na rubrica 1054, «meios de apoio ao ensino», é ao ensino em geral!?

1055, «apoio sócio educativo», já se entende melhor. São alguns aspectos que me ressaltam a vista.

Mas, por exemplo, em relação à construção, Sr. Ministro, vejo aqui «construção do jardim de infância de Conde», permita-me porque não tenho a noção da dimensão de cada uma dessas coisas, sei que Conde é uma zona com uma população bastante demarcada, e um Sr. Deputado esteve a falar disso, não estou a defender parte alguma. Como Deputado, sou de São Tomé e Príncipe e como cidadão, sou cidadão do mundo, daí que sou cidadão de São Tomé e Príncipe também. Mas vejo aqui o valor destinado a Conde para a construção do jardim de infância, cerca 4 mil milhões; a construção de jardim de infância de Vila de Bombom, que também não é menos populoso, inclusive recebe gente de...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — O mais populoso!

O **Orador**: — Bom, quer dizer, não queria estar a dizer assim.

Portanto, vejo 1,6 mil milhões; vejo também «construção do jardim de Sá Marçal» — repara tudo refere-se à construção, 1,6 mil milhões; 2734, «construção de cantina escolar nas escolas básicas», 5,927 mil milhões; no entanto, vejo aqui «construção de seis salas de aulas em Monte Café», 500 milhões. Não sei se já existem projectos, relativamente a isso, com valores precisos é que nos fez situar esses montantes aqui estabelecidos, ou se são valores que a gente põe naquela ideia de que «vamos iniciar e depois a ver a continuidade». São alguns esclarecimentos que gostaria de ter, relativamente a esse aspecto.

Por exemplo, vejo aqui, rubrica 3160, «reabilitação e equipamentos de instituições de ensino secundário», 2 mil milhões; vejo também «reabilitação da escola de Diogo Vaz», 3 mil milhões; quer dizer, valores que...

Protestos do Governo.

Bom, acostumo às vezes a levantar questões aqui que parecem não ser pertinentes, mas, um bocado para os Srs. Ministros da Educação e das Finanças e Cooperação Internacional, a minha preocupação reside também no seguinte: vejo a rubrica 3408 «reforço de capacidade no centro de formação profissional de S.A», 29 mil milhões. É uma soma bastante avultada que acho que, efectivamente, deve partir da cooperação, tendo em conta que parte da capacidade nossa em termos de financiamento de nossos projectos. Mas tratando-se de formação, e sei que é uma coisa continua, já deve haver lá formandos que devem transitar para anos seguintes, gostaria apenas de saber se a origem dessa verba é do Brasil, se é segura de modo a não haver interrupção em termos de formação. Isto apenas para esclarecimento para apaziguar a minha alma, pois sei que formação cria imensos problemas. Quando um aluno está a ser formado e por razões de falta de meios financeiros eles têm que suspendê-la porque não há dinheiro.

Agora, em relação aos bolseiros, Sr. Ministro, há muita confusão com os bolseiros. Vejo aqui uns valores, por exemplo, o Brasil não sei se é 11 mil milhões, não sei se é uma questão de quantidade de bolseiros, ou se as bolsas são mais caras. Mas seja como for, gostaria de saber se, em termos de qualidade e da facilidade, etc., se o Ministério da Educação, Cultura e Formação tem tido isto em conta. Porque, se não for por uma questão de quantidade teríamos que direcionar o maior número dos nossos estudantes àqueles centros onde os custos são menores. Mas se for por uma questão de quantidade, e se a qualidade corresponde, obviamente que estou, plenamente, de acordo. São esclarecimentos que gostaria de ter.

Há uma coisa aqui, só para a nomenclatura, por ignorância minha, vejo 1061, IILP-ISP e 1062, AULP-ISP, gostaria apenas que elucidasse o que é.

Por último, Sr. Ministro, «despesas com festejos de 1.º de Junho» esse valor que está aqui, efectivamente, dará? Porque tenho tido conhecimento que, não sei se é verdade ou mentira, durante muitos anos as escolas faziam pedidos a todo o sítio quanto fosse possível a pedir apoio. Com a falta da lei de mecenato muitas instituições que poderiam apoiar, muitas vezes não apoiam. Mas depois soube que a Educação, não digo que proibiu, porque proibir nunca consegue, porque mesmo assim as pessoas continuaram a pedir, mas deu indicações de que não se deveria pedir, as escolas não deveriam ir aos sectores outros a pedir apoios.

Se for assim, e se for intenção evitar que as escolas andem por tudo quanto é canto a procura de meios, que por vezes não chegam às crianças, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se uma verba, embora 0,06 de um montante muito avultado pode dar uma somatória grande e 50% de um montante pequeno pode dar um valor insignificante, mas pelas contas, de acordo com o que está cá, tem 200 milhões de dobras. Para cobrir escolas de São Tomé e Príncipe no 1.º de Junho, o movimento que essa data tem em São Tomé, para mim já é quase um feriado nacional e com muita pompa, não sei se não deveríamos procurar uma maneira – não sei, o senhor é que sabe, de encontrar outros meios para reforçar essa verba, que para mim parece exígua.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, mais questões?

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, deixa-me colocá-lo algumas questões também adicionais, mas em jeito de pedido de esclarecimento.

Sr. Ministro, costuma-se dizer que no nosso país tudo é prioritário e que há muito para fazer. Ao longo da discussão que temos vindo a fazer, temos em certa medida, verificado isso e, efectivamente, nem sempre é possível concentrarmos no essencial e dispersamos de tal ordem que muitas vezes coisas que deviam ficar, devidamente, realizadas ficam mais ou menos remendadas.

A educação é hoje consensual que é trave-mestra para a formação das sociedades, mas nessa componente humana. Porque o homem, a mulher, e a criança devem ser chamados para que de facto possamos ter um país melhor, mais desenvolvido, onde o nível cultural dos cidadãos seja mais elevado.

Quando olho para o seu orçamento, não vou dizer como disse ao Sr. Secretário de Estado, porque o disse que ele não vai ter sucesso – costuma-se dizer que Juventude e Desporto em quase todos os orçamentos é parente pobre...

Risos do Sr. Director do Orçamento.

... tanto é que o Sr. Director do Orçamento está a rir, ele tem consciência disso. Aqui neste orçamento voltamos a ver um outro aspecto, que também ao longo dos anos tem-se vindo a bater, que é o sector cultural. A cultura também é parente pobre, mas todos os dias dizemos que é preciso fazermos um esforço para que haja maior identidade nacional, etc.

Mas, uma outra componente da minha introdução, Sr. Ministro, é a questão do lazer e entretenimento. Também há teóricos que defendem que hoje o desenvolvimento de um país também é medido pelo número de horas que cada cidadão tem para entretenimento e lazer. No nosso país, infelizmente, não há entretenimento nem lazer. Me recordo que – não falo inglês e fui muito mau aluno na área de lettras, tanto é que o meu francês ainda é pobre, mas o inglês é nulo – há tempos atrás estávamos, há quarto anos, foi quando iniciei a formação em direito no IUCAL, havia um pastor numa igreja amarela aí na zona de São Gabriel, estava eu, o engenheiro Trindade, creio que o Sr. Albertino Bragança também, e uma vez ele estava a falar de férias e perguntou-nos, éramos uma turma de cerca de vinte pessoas. Ele perguntou-nos qual foi a última vez que fizemos férias. Praticamente ninguém, naquele grupo, tinha feito férias há mais de dez anos. Portanto, não faz parte um pouco da nossa cultura também. Mesmo os governantes, temos notícias de que, regra geral, não se fazem férias aqui. Isso era uma observação.

Agora questões concretas, Sr. Ministro. Estou um bocado preocupado, daí que gostaria de, esclarecimentos. Sei que o senhor está no Ministério há pouco tempo, mas é uma observação sem nenhum sentido crítico. Estive a ver aqui a estrutura do financiamento das nossas bolsas. É verdade que estamos a dar os primeiros passos no que concerne à formação superior no nosso país, estamos ainda numa fase embrionária, mas essa estrutura deve chamar-nos a atenção para que o Governo dê continuidade naquilo que anunciou, que é o estudo para a transformação do ISP numa universidade pública.

Mas hoje fiz aqui uma soma, e espero não estar errada, temos um financiamento na ordem de 1,6 milhões de euros para financiamento de bolsas no exterior, em contrapartida temos apenas cerca de 180 000 euros de financiamento interno. Isso deve chamar-nos a atenção e estou convencido de que essa opção do Governo no sentido de haver uma universidade pública é para virar-nos os recursos para formações internas, naquilo que é

possível fazer. Estamos todos conscientes de que vai haver muitas formações que, nos próximos tempos, não poderemos fazer aqui em São Tomé e Príncipe.

Essa é uma questão que levanto como observação para que no futuro se dê continuidade ao projecto de transformação do ISP numa universidade. Sei também que não é muito fácil, mas chamo a atenção para essa estrutura de financiamento.

Em termos de pedido de esclarecimento, há duas questões, que não sei qual é a relação existente entre elas. Vejo aqui no orçamento «Centro de Desenvolvimento Pessoal e Social», gostaria que o Sr. Ministro depois me pudesse brindar com esclarecimentos sobre o que é que isso – não estou a trabalhar com números – com um financiamento na ordem de 840 000 euros provenientes do Brasil, e por outro lado vejo também «Centro de Investigação de Ciências Sociais», não sei se há alguma relação, se são coisas totalmente diáspares.

Por último, gostaria que o Sr. Ministro nos dissesse, tendo em conta que já teve tempo para lidar com esse dossier, que é a questão do transporte escolar. Quando analisamos aqui no outro dia o Ministério do Plano e Desenvolvimento houve um Sr. Deputado, ainda na plenária, que levantou a questão da dita empresa de transportes TAC, que o Sr. Ministro disse que não tem personalidade jurídica.

Portanto, é o Estado a estar a trabalhar em licitude e que era uma unidade com carácter empresarial foi ao fundo, gostaria de saber se o Sr. Ministro já está a lidar com esse dossier «transporte escolar». Que é também uma estrutura pública e que não tem rendimento. Vejo aqui no orçamento 75 000 euros para a manutenção, etc., se a empresa foi ao fundo não sei se está tomando medidas no sentido de evitar que essa conquista – é uma conquista, temos que reconhecê-lo – não tenha o mesmo destino que a Unidade Pública de Transportes Colectivos.

Portanto, são essas observações, reflexões e pedido de esclarecimentos que gostaria de fazer ao Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe para uma intervenção.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra para me cingir aos aspectos ligados ao regime triplo. Sabemos que vários factores concorrem para o insucesso escolar, nomeadamente, a superlotação das salas de aulas e o regime triplo não foge a regra.

Portanto, sei que ainda na Trindade temos regime triplo, não sei, Sr. Ministro, se com a construção do liceu da Trindade, com a sua conclusão poderemos para o ano termos a questão deste regime solucionada. É uma pergunta que lhe faço.

Outra questão, é com relação ao que disse o Sr. Deputado Octaviano, que tinha constatado a ausência de aquisição de meios rolantes. Mas pergunto, porque tenho estado a constatar que há muitos professores que deslocam para fora da Trindade a pé. Posso dar exemplos: um professor sai da Trindade até Java e desloca-se a pé, muito dificilmente consegue ir pelos seus próprios meios. Mas não há no orçamento uma previsão futura no sentido de resolver esse problema.

Coloco essa questão porque de facto sei que os alunos têm tido alguns prejuízos, relativamente a algumas faltas que os professores têm vindo a dar, justamente, por causa do transporte.

Não sei que metodologia, mas é uma questão a resolver. Acredito que o Sr. Ministro poderá nos dar alguma resposta relativamente a isso. São essas duas questões que eu gostaria de colocar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação para as devidas considerações e esclarecimentos julgados úteis.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação** (Olinto Daio): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou responder por ordem de intervenção.

Sr. Deputado Guilherme Octaviano levantou algumas questões do ensino sobre o novo modelo organizacional. Aqui quando colocamos essa dimensão, temos em conta várias acções: a primeira, tem a ver, como disse muito bem que não é só o liceu, mas com outras escolas, como deve ser a figura do director das próprias escolas. Sabemos que há directores há oito, dez anos como tal, mas também temos dificuldades em encontrar pessoas que possam substitui-los. Não só por questão de competência, mas também o nível académico, agora com a nova lei do Tribunal de Contas para essa questão.

Mesmo no decreto que fizemos agora, remetendo para gestão escolar, não colocamos ainda o requisito de habilitação como nível superior. Sabemos que temos que ter um tempo para que as pessoas se possam formar. Temos aqui a IUCAI, a ISP, a Lusíadas, mas temos que informar as pessoas que dentro de cinco anos isso poderá acontecer. Então, elas vão estudando e preparando-se.

Além desse decreto, o que pode ajudar nesse modelo organizacional, o seu próprio desenho, o conselho disciplinar e o pedagógico vão ser instaurados. Depois a integração do próprio sistema integrado de gestão escolar, portanto, o software para facilitar a própria gestão da secretaria do aluno. Isso poderá também ter resultados para essa questão que levantou da certidão. Em vez do aluno, cada vez que vai transitando de classe, ter números diferentes ele quando entra tem um número que irá acompanhá-lo até final dos estudos académicos. Então, teremos o ficheiro desse aluno que terá compenetração com a base de dados Ministério e será fácil tirarmos a certidão sem problemas, evitando a sua falsificação. Tudo isso entra nessa questão do modelo organizacional.

O 12.º ano, este ano foi apenas uma experiência piloto. Porque sabemos que no Ministério da Educação, embora algumas pessoas dizem que as coisas estão mal, um dia se calhar teremos uma oportunidade de pedir a Assembleia

para discutirmos a educação ao fundo, porque é uma questão que envolve todo o cidadão, não temos professores na educação. Muitos deles são professores «turistas»...

Risos dos Srs. Deputados José Diogo e António Ramos.

... eles têm outro trabalho e vêm fazer o seu biscoite na educação. Não temos professores! Não basta ter vontade, porque alargar isso, nesse momento, seria confrontarmos com vários problemas. Então, fizemos uma experiência piloto com essas turmas e vamos ver como é que vai decorrer, e no próximo ano poderemos alargar.

Outra questão também, mesmo com relação a 10.^a e 11.^a classe, há dificuldades ainda com professores de disciplinas chaves. Aí também sabemos que a Região Autónoma também quer um liceu, temos o problema do liceu da Trindade, mas professores para ministrar vai ser um problema sério.

Sobre o apetrechamento do liceu da Trindade. Quando falamos de apetrechamento é porque foi contemplado apenas a construção. Na verba inscrita anteriormente não contemplava as carteiras, os quadros, os equipamentos de laboratório, etc.

Bolsas de estudo interna, aqui se calhar ao responder a essa pergunta respondia também aos Srs. Deputados Alcino Pinto e Jorge Correia, creio eu. Estamos conscientes que é um dos problemas que tem pesado muito o Orçamento do Estado e não só. A própria gestão das bolsas tem também gerado uma má imagem do próprio Ministério da Educação e, consequentemente, do País. Estamos a fazer um trabalho e o concluímos e já no próprio conselho vamos aprovar um decreto sobre o regulamento da concessão de bolsas de estudos. Assim as pessoas estarão informadas e poderão concorrer de acordo com esses critérios.

Foi um trabalho que não fizemos sozinhos, convidamos também os reitores do IUCAI, da Lusíadas e da ISP. Trabalhamos também com a associação dos estudantes dessas três instituições e discutimos, tanto para bolsas internas como para externas. A nossa filosofia é diminuir, progressivamente, a bolsa externa.

O Sr. Deputado Alcino Pinto tem razão quando diz que o montante ainda é alto. É alto porquê? Porque este ano vamos ter que pagar bolsas para alunos no exterior de Julho a Dezembro e de Janeiro a Dezembro de 2011...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Julho do ano passado!?

O Orador: — Sim, ainda temos atrasos do ano passado.

Depois, aí também a questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, porquê esse montante? Por várias razões: por exemplo, um aluno de Cuba recebe 100 dólares, mas ele tem residência e tudo mais. Em termos normais podíamos até reduzir este valor, mas só que sempre houve a polémica que a alimentação não é lá muito rica, muitos reclamavam e então não podemos baixar esse valor, vamos mantê-lo. Em Portugal, aí também há uma questão de injustiça com a ajuda de custos aos alunos profissionais, porquê? Porque o aluno de licenciatura recebe 250 euros. Para quê? Para a sua estadia, a renda, a alimentação e a escola, quer dizer, o dinheiro não chega.

Em contrapartida, os alunos do ensino profissional que tem recebido ajuda de custos. Quanto? Recebem 100 euros, mas na prática eles recebem muito mais que o aluno superior. Porquê? Porque ele como aluno profissional já está a receber da escola profissional 250 euros, ele tem residência e tem comida. Portanto, é uma questão que se tem que tomar uma decisão. Ainda tivemos um trabalho com a embaixada de Portugal, vamos reunir também com as câmaras que têm enviado estudantes sem critérios e depois querem ajuda de custo.

Este ano, para o ensino profissional, foram quinhentos e tal alunos e avisamo-las, chamamos atenção de que «vocês estão a enviar estudantes e vocês vão assumir o custo». Toda a gente quer enviar, são mais de quinhentos e não sei quem vai assumir depois os custos.

Os valores que vão para IUCAI, ISP e Lusíadas, são bolsas internas que são transferidas directamente para essas instituições. Portanto, separamos porque, por exemplo, o próprio ISP tem o seu critério interno para essa atribuição de bolsas.

Depois, nessas bolsas internas, como sabemos, queremos valorizar também a pós-graduação, o mestrado e o doutoramento. Muita gente tem solicitado essas bolsas e não têm tido. Então o que é que acontece: se vamos reduzir as bolsas externas, então vamos valorizar as internas. Por isso, paulatinamente, temos que enviar apenas para o exterior alunos para cursos que não existem no país. Um aluno que termina uma licenciatura em São Tomé é normal que financiemos um pouco o seu mestrado. Portanto, ele indo ao exterior é uma garantia, porque com o mestrado suponho que ele já é um trabalhador, é pai de família e há garantia que ele vá e regressa. Segundo, como ele estudou aqui, internamente, é bom que ele se confronte também com outra realidade, com outra universidade. É por isso que temos mais outra bolsa externa visando esta parte do mestrado e doutoramento.

O Sr. Deputado António Ramos, acho eu, falou da «ciência da educação». Porque fizemos essa parceira com uma universidade portuguesa, arrancamos quatro mestrados, mas também esses custos que os alunos vão pagar não é real. Há uma subvenção, depois as viagens dos professores portugueses que vêm e a estadia são custos para o ISP. Estamos também a trabalhar em parceria com a universidade de Algarve e em Outubro vamos também arrancar o doutoramento. Portanto, as pessoas também que quiserem trabalhar algumas disciplinas aqui e depois vão apenas para pesquisas no exterior, no mesmo molde. Esse regulamento já está pronto e pensamos aprová-lo no próximo conselho.

«Subsídio especial». Quando falamos disso também tem a ver com esse grupo alvo das crianças com deficiências. Inscrevemos essa quantia, embora seja insuficiente, porque é uma experiência.

Temos um croqui também de verbas com o *Fast-trat*, mas, como sabemos, essa fase de *Fast-trat* termina em Junho, então queremos dar uma continuidade este ano.

Depois também temos uma instituição religiosa, as irmãs italianas de Santana, estão disposto a colaborar connosco e então vamos arrancar com três experiências piloto, aqui em Água Grande e em Santana.

«Certidões falsas». Como disse, é uma questão que vamos trabalhar e já discutimos isso no Ministério. O impresso do documento tem que ser um papel especial. Com a aplicação desse sistema informático também poderá ajudar a minimizar esses riscos. As vezes é difícil, num país desenvolvido também falsifica-se diplomas. Mas pensamos reduzir esses riscos, paulatinamente.

«Escola de voz de América». Não é nossa escola, é de uma instituição religiosa. Não arrancou porque, da informação que tive, eles solicitaram a aprovação do currículo, mas querem seguir um sistema mais religioso, entram mais questões religiosas e não aceitamos. Portanto, eles podem ter o currículo geral, podem ter uma disciplina, como tínhamos, antigamente, a moral religião, mas não uma escola mais de orientação religiosa. Ficou esse debate e até agora não está resolvido e nesse contexto o Estado não podia financiar os professores para isso. Se eles querem a nossa colaboração, então pedimos que seguisse como queremos.

«Centro de desenvolvimento pessoal e social», aí também respondo aos Srs. Deputados Guilherme Octaviano, Alcino Pinto e, indirectamente, o Sr. Deputado António Ramos. Quando colocamos essa questão visamos o seguinte: sabemos que as crianças e jovens estão no ensino escolar, mas fora desse sistema eles não têm centros de interesse. Pode existir a biblioteca nacional, mas nos distritos e outros lugares não têm centro de interesse, onde eles possam passar mais tempo e ocupar os seus tempos livres.

Então, com esse centro o que é que pretendemos? Pretendemos tocar dois grupos alvos: esses jovens que estudam e podem ocupar os seus tempos livres e os que estão fora do sistema escolar. Aí também podemos valorizar as competências dos professores, os que saem reformados que poderão trabalhar connosco nesse centro. O que é que se vai fazer nesse centro? Ele poderá servir de aulas de explicação, como tínhamos, anteriormente, a escola de mato, aula de teatro, de música, de informática, portanto, várias actividades. Esse centro vai ter mesmo aquela questão que se tinha nas escolas, o centro de saúde sexual e reprodutiva, estará integrada e poderá ter psicólogos para os jovens.

Recebemos uma ideia mais ou menos de que seria isso. A nossa ideia é, em cada distrito, ter um centro desse e nos mais populosos, dois. A ideia é de que, tendo esses centros, podemos ter ocupação dos tempos livres dos jovens e, ao mesmo tempo, estarem a ser formados para a arte, pintura e outras actividades.

A ideia também é que esses centros sejam geridos pela comunidade, ela própria pode ter a gestão, mesmo se houver uma ONG local.

«Meios rolantes». É verdade que há essa carência nos transportes, sabemos que há também essa nossa filosofia de consolidação de despesas. Entretanto, temos dois projectos: o *Fast-trac* vai financiar três viaturas. Queremos que seja um *Hiace* para albergar os inspectores e metodólogos quando saem em equipa conjunta. Porque às vezes podemos colocar transporte mas depois pode falhar.

No ano passado quando fizemos reunião com os professores, muitos queixaram-se que os inspectores não passaram, mas havia um carro novo, uma *Toyota*. Durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro pedi que a inspecção fizesse uma planificação detalhada, mas depois, ligamos para as escolas, e disseram-nos que eles não passaram. Portanto, não é só ter transporte, é preciso termos o sistema de fiscalização da própria equipa. O projecto Escola + também põe a disposição o transporte para os metodólogos mediante essa planificação. Só que até agora não se tem aproveitado porque eles não planificam. Levantam hoje e dizem «vamos para tal escola». Não, tem que haver a planificação. Portanto, esse sistema do modelo organizacional tem a ver com tudo isso, a planificação e a formação das pessoas para que haja um trabalho planificado.

Acho que respondi todas as questões levantadas pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — E sobre o ensino especial?

O Orador: — Quer dizer, quando perguntou sobre o ensino especial, se tem a ver com o ensino a distância? Não, o «especial» tem a ver com esse aspecto das crianças com dificuldades.

Portanto, a ideia que tem de imóveis escolares, a sua experiência como director a reconhecemos, e por isso, também vamos reforçar a equipa de pessoas que possa dar esse suporte. Não só suporte, na reparação de cadeiras em parceria com os jovens estudantes que trabalham aqui no centro politécnico, mas também ter uma equipa para a concessão mesmo do modelo de escolas. Visitamos as escolas que estão em construção, aparecem caixas, não têm boa ventilação, não têm bom arejamento na parte da iluminação. Por esta causa pensamos no reforço da capacidade daquela direcção.

Quando se fala que não há nada sobre a cultura, há duas questões aí sobre a cultura. Porquê? É verdade que o Estado tem o papel de elaborar políticas, de dinamizar o sector cultural, mas ele não pode ser pai em tudo. Os grupos culturais têm que ter também uma dinâmica e não é preciso que o Estado organize eventos para que eles cresçam. Fizemos uma análise e vimos que para dinamizar esse sector temos um problema. A Direcção da Cultura não tem pessoas. Portanto, é preciso reforçar essa direcção, atrair pessoas para esse sector.

Não vale a pena dizermos «vamos fazer grandes coisas» e não temos gente. Mesmo tendo grande montante para isso. É preciso equipar, quando visitei as direcções, entrei e fiquei a pensar, «aqui parece uma extensão de um museu», é tudo velho. Portanto, é preciso remodelar e convidar mais pessoas para trabalhar neste sector.

Temos dois projectos fundamentais para a cultura: primeiro, é a preservação e valorização da cultura nacional, onde pensamos em algumas actividades. Uma delas, é a realização do fórum nacional da cultura. Vamos reunir vários agentes culturais para definirmos o que é que queremos, daí termos um plano. Quando dizemos «cultura», o que é cultural em São Tomé e o que não é? Pode ser prioridade apoiar um grupo cultural, mas se calhar pode-se criar outro ambiente para que o próprio grupo se possa desenvolver. Então, realizando este fórum, podemos colher subsídios e planos estratégicos para dinamizar o sector.

Outro passo, outra actividade tem a ver com os valores, programas televisivos onde vamos passar algumas boas práticas da norma de conduta à população.

Há outro programa televisivo que queremos lançar nessa actividade que é «mitos e cultura». São 60 segundos, passando algumas questões sobre pessoas, figuras que foram destaque no País no âmbito da cultura. Ou algum outro projecto, por exemplo, «bagatela», de antigamente, quem conhece hoje? Isso pode-se explicar em 60 segundos. Portanto, são coisas que vamos passar sobre os nossos valores, os nossos aspectos culturais que poderão aos poucos mobilizar os jovens e as pessoas.

Temos outras actividades também que estão, desde as datas comemorativas, apoio aos alguns grupos culturais, etc., que pensamos fazer. Portanto, acho importante essa arrumação de casa e traçar um plano do sector.

Outra coisa que queremos fazer é trabalhar em parceria com a Direcção do Turismo e com a Comunicação Social, isso é importante. Envolvendo essas três direcções, numa acção triangular, vai ajudar também a promover e valorizar o nosso ambiente cultural.

Outro projecto que está cá é o «centro de investigação de ciências sociais». O que é que queremos com ciências sociais? Até hoje olhamos para o nosso currículo e os alunos não têm nada de conteúdo sobre a história de São Tomé. Recentemente executamos um debate sobre o «Rei Amador», portanto, é preciso que tenhamos pessoas para investigar e investigação é a ciência que custa dinheiro. Então, é difícil termos uma pessoa que vem fazer uma investigação, mas ela tem que preocupar com o pão, a comida. Então, temos que criar um centro de investigação, colocar uma equipa de investigador e com um *time* de seis em seis meses apresentem um estudo, artigos sobre certos aspectos culturais, portanto, é a valorização desse aspecto da cultura.

Acho que é uma actividade inovadora que podemos obter grandes resultados sobre a cultura. Porque mesmo hoje em dia vemos que somos convidados para participar em vários fóruns internacionais da cultura, mas quando a gente vai não temos nada para apresentar. Mas se temos uma instituição que vai investigando, é fácil estabelecermos parcerias com essas instituições e ir buscar financiamentos que existem para essas questões.

O Sr. Deputado António Ramos falou também da questão dos alunos de Lobata, é psicólogo e bom saber que estou a falar com um psicólogo. Mas também, como falou do efeito catálico, sabe que um facto como este, se acredita mesmo nesse efeito, é mais uma razão para se ter muito cuidado em lidar com esse caso. Justamente, para que isso não seja uma questão de psicose colectiva e seja alastrada para todo o País.

Não é preciso que ministro esteja lá para resolver isso. Há pessoas especialistas que possam resolver isso. Tivemos encontros com o Ministério da Saúde e há uma equipa de psicólogos até hoje disponíveis. Para fazer um historial, na primeira semana que isso aconteceu uma equipa da Educação e da Saúde foi ao local, contrário àquilo que se estava a passar, falaram com as crianças e os relatos eram diferentes. Portanto, o senhor como psicólogo sabe que a sugestão colectiva nesse contexto.

Quando vamos fazer a análise com as crianças, o relato dos factos variaram de uma para outra. Aquelas que seguiram o acompanhamento com o psicólogo já não tiveram problemas e aquelas que desistiram, se calhar poderiam ter tido. Depois, quando regressamos no primeiro dia com as crianças, informamos a direcção da escola que o Ministério iria colocar a disposição um carro e as psicólogas também estariam disponíveis. Logo que houvesse um caso, isolaria a criança e ela seria acompanhada ao hospital, e que as aulas continuassem, normalmente.

O que é que acontece? Havia um senhor que manipulava os pais. Quando fizemos esse trabalho ele ainda foi dizer a população que «as crianças não estão bem, que os psicólogos obrigavam as crianças a falar o que não queriam», porque ele queria o dinheiro para fazer as suas coisas. Está a pedir 18 milhões...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Para o *d'jambi*!?

O Orador: — ... para o seu *d'jambi*. Ele recebeu o dinheiro e depois desapareceu. Era uma semana antes para natal, houve aquele acompanhamento com os psicólogos. Então, no sábado e no domingo, dissemos aos professores «vocês agora vão fazer uma campanha...», porque os pais não queriam enviar as crianças para a escola, «... junto aos pais para que as crianças regressem na segunda-feira. E na segunda-feira foi um grupinho, então dissemos que continuassem a dar aulas.

Na tarde desse dia o senhor reúne-se outra vez com os pais e começa a dizê-los para não deixarem as crianças irem para a escola. Na terça-feira a escola estava cheia e as aulas começaram, normalmente, e aquele indivíduo aparece lá outra vez com uma senhora mais velha a criar problemas. Há uma criança que entra em choque, o director retira a criança e a põe numa sala, ele vai, força a sala e arrebenta a porta e as pessoas lhe diziam «não, o senhor não pode fazer isso e não é assim que se faz as coisas».

Já é uma invasão e mau comportamento do indivíduo, pedimos a PIC que lá fosse ver a situação e interpelasse o homem e a PIC não o fez. Passando dias, ele foi continuando com isso e dissemos «bem, como entra já as férias, se vocês quiserem fazer o vosso *d'jambi* que o façam, têm aqui duas semanas das férias para isso e então quando regressarmos começaremos as aulas». Em Janeiro as aulas começaram, normalmente; na segunda-feira tudo bem,

na terça-feira também tudo bem, mas aí começam duas crianças outra vez a ter problemas. Então, demos a mesma orientação, crianças são isoladas e levadas ao hospital.

Mas o que é que acontece? A população já está nesse contexto e não quer enviar as crianças para a escola. Porque dizem se enquanto não houver condições as crianças não irão para escola. Ninguém impediou que as pessoas possam fazer o seu *d'jambi*. Não é o Ministério que vai financiar aquilo, não vamos dar 18 milhões ao senhor para fazer aquilo.

Então, ainda na quinta-feira estivemos com a equipa de psicólogos, e também com o Eng.^º Paquete, demos orientações aos professores que tinham que dar aulas – ele está a ganhar e tem que dar aulas, se não as der tem falta, e as crianças tinham que seguir as aulas. Depois também, aqui podem-se falar de censura da comunicação social, não sei, mas o Sr. Deputado, como psicólogo, deve compreender, quando houve a primeira reportagem, eu pessoalmente falei com os jornalista que não era conveniente passar esse tipo de coisas. Isso tem efeito hipnótico social. Iriam estar a perturbar os trabalhos que os psicólogos estavam a fazer. Mesmo assim continuaram a fazer, prejudicando os trabalhos que eles estavam a fazer. Quer dizer, há especialistas a trabalhar no terreno e há uma metodologia para trabalhar com isso.

O efeito *d'jambi* também tem outros efeitos psicológicos para tranquilizar as pessoas que querem aquilo. Mas tem que haver colaboração de todos os sectores para que as coisas se façam. Não quer dizer que o Ministro tem que estar lá para resolver os problemas. Há pessoas especialistas que entendem da questão, temos todos os mecanismos disponíveis bem como os transportes. Logo que haja algum caso, o director liga e vamos lá e acompanhamos essas crianças.

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Correia, quanto à questão de organizar os *item* que estão cá. É o seguinte: como sabemos a disposição do sistema informático está por ordem, mas só que há actividades que estão por sectores. Portanto, quando se tira agora para agrupar ele vem com números que estão ligados a esses sectores. Não quer dizer que há uma desordem. Ele depois é agrupado por sectores na base de dados e vem o resumo que encaixa com os seus números do seu item mãe. Informaticamente e contabilisticamente, é esse o contexto.

«Meios de apoio ao ensino» que se referiu, isso é transversal para dar apoio logístico.

O reforço da capacidade de Santo António, é o apoio ao ensino. Portanto, giz, materiais diversos, são questões mais pontuais de despesas correntes. Isso aqui tem uma verba elevada porquê? Como dissemos, queremos também valorizar a formação profissional. Sabemos que há muitos jovens que precisam dessa capacitação e também para desenvolver o sector produtivo...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma anotação apenas.

O Sr. Presidente: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Ministro, não ponho a questão do montante da verba. A minha dúvida, ou o que gostaria de ser esclarecido é a certeza de que esse financiador, chamemos assim, essa fonte de financiamento se é, verdadeiramente, segura de modo a não haver interrupção na formação.

Acho até que o montante não é assim tão elevado.

O Orador: — Não, vou explicar o que quer dizer isso. Isso não tem a ver com a interrupção da formação. Porquê? Porque dissemos que vamos apostar na formação dos jovens e se criarmos várias escolas de formação profissional nos distritos, teremos um problema, que já evoquei, que é de formação dos professores. Então, o que é que queremos? Queremos transformar aquilo num *plateau* de formação profissional. Nesse *plateau* vamos avançar com alguns pavilhões de centros de formação...

Murmúrio e protesto do Sr. Deputado Jorge Correia.

Vou chegar lá Sr. Deputado, o senhor tem que entender o que está por detrás para perceber. Um pouco de paciência, por favor!

Então, pavilhões para residência dos alunos, aqueles que vêm de Caué, Lembá ou da Região Autónoma. Que seja um complexo com várias modalidades e assim podemos já começar com a elaboração desse projecto de requalificação desse espaço.

Uma parte desse montante é já para pagar o que já está em curso, que é o pavilhão. Sabemos que há um projecto que devia ser inaugurado pelo Presidente Lula e não foi possível, porque houve percalços no meio do caminho. Portanto, onde aquilo devia ser implementado é onde está as instalações do Cacau, do Sr. João Carlos Silva. Não se conseguiu reaver aquilo, o projecto era esse, e o Estado teve agora que construir um novo complexo e temos que concluir essa construção. Uma grande parte desse recurso é para conclusão daquele pavilhão.

Outra parte é para requalificarmos todo aquele espaço para que no ano lectivo 2012 tenhamos já novos cursos.

Portanto, não é financiamento da formação já como tal, é mais um investimento no local para avançarmos para outra fase.

Outra questão que o Sr. Deputado levantou, tem a ver com os bolseiros, e acho que já respondi.

Sobre as siglas, são verbas destinadas ao Instituto de Língua Portuguesa e há quotização que o ISP tem que pagar as instituições a que está associada.

Sobre o 1.º de Junho. Compreendemos a preocupação do Sr. Deputado Jorge Correia, que essa data se tornou uma das datas, socialmente, mais importantes. Mas também sabemos que, e todos fomos unâimes na discussão na generalidade do orçamento, o mundo inteiro está a passar por uma crise financeira. Então, também não é de bom tom que vamos agora canalizar todos os recursos para um só dia de festa. É preciso uma gestão equilibrada desse recurso. Que eu saiba, não sei, é possível, mas não tenho conhecimento de nenhum documento que impediu que as escolas pudessem ter outros apoios.

Sobretudo, há cada vez mais envolvimento da própria sociedade na participação dessa festa. Portanto, ela ganhou uma dimensão que acho que é única em São Tomé. Em nenhuma outra parte do mundo ganhou essa dimensão. Quem sabe um dia até poderá ser feriado, porque na prática já é.

Mas sugerir que temos que financiar; esse recurso é mais para o acto central. Porque se vamos sempre a financiar todas as escolas, esse montante não será viável. Se calhar seria melhor financiar uma bata para cada criança, do que financiar, realmente, a alimentação para todas elas. Isso em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Jorge Correia.

Tomando ainda algumas questões que o Sr. Deputado Alcino Pinto levantou. Em relação à cultura, fiz aquela referência do fórum cultural, o centro de estudos de investigação social.

Hoje em dia, sabemos que as construções modernas até reservam um lugar de laser na própria instituição para que os funcionários possam encontrar momentos de laser. Mas, como dissemos, a nossa prioridade nesse momento da cultura é valorizarmos a realização desse fórum para termos uma política cultural definida.

No âmbito do entretenimento, há parceria com a direcção do desporto, a feira da juventude, para o desporto escolar. Socialmente, com a Direcção do Turismo vamos ver o que é que podemos fazer dentro de algumas actividades. Sobretudo no mês de Agosto, retomarmos um mês como sendo de actividades culturais e recreativas para que as pessoas possam sair de casa. Mesmo o turismo interno – há dias estava com o meu director da DAF que nem conhece ainda Porto Alegre – também é preciso ser dinamizado. São hábitos de férias que não temos, mas paulatinamente, vamos desenvolver isso.

Levantou-se uma questão sobre as universidades, que não estou agora a ver qual é, não apontei bem, mas depois poderemos recordar.

Sobre o transporte escolar. Estamos conscientes desse facto. Se vamos para uma análise real, esses transportes deviam estar parados, porque não há condições para circular. É uma despesa enorme para o Estado. Então, o que é que pensamos? Pensamos ver com a tal empresa ATC, não sabemos ainda se foi a falência, encetamos um encontro com os responsáveis ainda em Novembro para discutirmos como podíamos trabalhar em parceria e que no próximo ano lectivo eles assumiriam a gestão total.

O próprio Estado não tem recursos, estes autocarros são uma despesa enorme. Desde o combustível, que não temos controlo, porque os motoristas quando vão abastecer põem metade e outra parte é para eles, há subfacturação das peças que ninguém tem controlo e depois a degradação do próprio transporte escolar. Mas com essa questão da própria empresa estar falida, nesse momento, no último Conselho de Ministros discutimos essa questão, estamos a pensar agora numa estratégia nacional de transporte colectivo. Então, o próprio transporte colectivo nacional é que iria absorver essas crianças. Não seria a vocação do Estado fazer a gestão destes transportes. É uma questão já discutida e estamos conscientes.

O Sr. Deputado Alexandre Guadalupe falou do regime triplo, e pergunta se o liceu da Trindade vai resolver o problema. Em princípio esse regime é mais no ensino básico e aquele liceu é mais vocacionado para o ensino secundário. Indirectamente, vai resolver porque transferindo os estudantes de Trindade para lá, actual escola secundária poderá servir para o ensino básico. Mas, como sabemos, há dois desafios fundamentais: não é só porque há professores que têm que ir para Java, mas sim levar o professor para aquele liceu; como levá-lo. Depois há outro desafio, como levar o aluno para lá.

Portanto, não é só o aluno da Trindade e arredores. Um aluno de Madalena consegue boleia facilmente e vem até a cidade e depois de aqui anda a pé até o liceu; mas vindo de Madalena para Bôbô-Foro e encontrar uma boleia para subir a Trindade é muito difícil. Portanto, o facto está consumo e então temos que encontrar outra estratégia, mas que pensamos que vai reduzir, sobretudo em Mé-Zóchi, a questão do regime triplo. Vai ajudar porque o ensino secundário vai para cima.

Portanto, enquanto não tenhamos ainda os professores, se calhar também com a carreira docente, podemos trazer mais pessoas para a educação e termos a coragem de ter um quadro privativo. Sabemos que outros países os professores ganham bem, se conseguíssemos também pagar bem os professores, certamente, iremos reter os quadros na educação e evitar professores turistas. É um trabalho que temos que estar todos envolvidos para conseguirmos esses objectivos.

Acho que respondi as questões, se não respondi, estou a disposição.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos continuar.

Sr. Ministro, estando de acordo consigo de que é preciso começarmos a dedicarmos um pouco mais a questões de natureza cultural, ou histórica, quero chamar a atenção de que – infelizmente, não está cá o Sr. Ministro das Finanças – quando analisamos a questão da divisão político-administrativa do nosso país, e é uma questão que é hoje consensual ao nível da classe política que é necessário fazer a reforma nesse domínio.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares disse-nos que, ao assumir as funções, encontrou um dossier nessa direcção, mas que está em *stand by* pelos valores que foram solicitados, para cima de 1 milhão de dólares para a realização desses estudos.

Quando fazia referência sobre a necessidade de um centro de investigação de ciências sociais, com o qual estou de acordo – e faço essa transposição por causa daquele valor – vejo aqui um valor tão irrisório que, eventualmente, as pessoas que perderam anos de estudos nas universidades e para fazer algo relacionado com os estudos históricos no nosso país, que está numa fase praticamente embrionária, não sei se esse valor irá mobilizar alguém. Porque não sei também se o próprio centro já está constituído. Daí que esta verba, não sei se se refere à instituição do centro, porque para esta investigação, Sr. Ministro, com 40 000 euros, talvez é dinheiro que uma só pessoa gostaria de receber para fazer, eventualmente, alguma investigação.

Portanto, faço esta transposição para um estudo pontual, porque isso não é uma questão de natureza pontual, mas vai percorrer ao longo dos anos a instituição de um centro de investigação e 40 000 euros, não sei. Espero, nessa matéria, que o Sr. Ministro tenha êxitos.

Relativamente a questão do liceu da Trindade, apenas uma pergunta: para quando o término e entrada em funções deste liceu? Provavelmente, este ano lectivo já não será, não sei se estarão as condições criadas para o próximo ano lectivo.

O Sr. Ministro também falou da questão dos professores. É verdade que hoje as escolas não atraem muito, porque paga-se mal. Paga-se mal de uma forma geral, inclusive quando analisarmos o sector das finanças é uma questão que irei perguntar ao Sr. Ministro das Finanças. Porque, comparativamente aos outros ministérios há só um que ultrapassa o das Finanças, que é despesas com pessoal mais que 50% da verba orçamentada. Quando olho para o seu ministério, o da Saúde, hoje anexo a assuntos sociais, que são os ministérios que mobilizam maior numero, em termo individuais, de cidadãos, em termos laborais, comparativamente ao Ministério das Finanças. Fica-se com impressão que este ministério não tem assim tanta gente. Quer dizer que a estrutura salarial neste ministério é atractiva.

Risos do Sr. Ministro das Finanças.

Tem uma componente, comparativamente aos outros ministérios, muito grande. O Ministério das Finanças tem mais de 50% como componente para as despesas com o pessoal.

Portanto, Sr. Ministro, aqui não sei o que é que o Governo está a pensar, isso apenas como informação, se pudesse-nos brindar. Efectivamente, quando analisamos o orçamento na sua componente genérica, vimos a intervenção de alguns Srs. e Sr.^{as} Deputadas que falavam com conhecimento de causa, provavelmente essas pessoas são professores, da qualidade do nosso ensino, sobretudo no ensino básico, e todo mundo reclamava dessa qualidade. Não sei se quando se refere aos professores turistas está a dizer-nos que também no ensino básico temos essa situação?

Há questão que o Sr. Ministro levantou que, não obstante não ser uma responsabilidade directa do Governo, mas estando os cidadãos são-tomenses no exterior com dificuldades, a primeira entidade a se exigir responsabilidades é o Governo. Daí da maior coordenação entre o Governo e as câmaras para evitar que de facto se envie cidadãos são-tomenses para o exterior e depois ficarem a sua sorte. Estou a referir-me à informação que o Sr. Ministro nos deu de cerca de 500 jovens para formação profissional por iniciativa das câmaras, que é uma coisa, em certa medida louvável. Não sei se cumpre os efeitos necessários, tendo em conta que o grande número vai e não regressa, mas o Governo tem essa responsabilidade. São são-tomenses no exterior que é preciso se encontrar uma saída para evitar a continuidade dessas questões.

Retomei alguns assuntos, Sr. Ministro, porque entendo que eles deveriam ser devidamente esclarecidos.

Todavia, não sei se os Srs. Deputados que levantaram questões têm mais inquietudes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Corria para uma intervenção.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, vi o esforço que o Sr. Ministro teve para dar explicação, ou pelo menos aclarar algumas situações levantadas por mim e por outros deputados, o que me apraz bastante.

Mas há alguns aspectos que, para mim, ficaram por esclarecer, ou um melhor esclarecimento e, da minha parte, também fazer alguns esclarecimentos.

Falei das verbas que foram adstritas para as construções, a disparidades entre essas verbas pré-encaminhadas para cada construção e o Sr. Ministro não deu qualquer resposta. Creio que escapou-se-lhe.

Quando falei também da questão do reforço daquela verba 3408, do centro de formação profissional, o que quis perguntar, pura e simplesmente – o Sr. Ministro depois explicou que era mais para apetrechamento, há uma questão que se me impõe – não sei se o Ministério da Educação neste momento, não tem responsabilidades com alguns formandos. Se não há formandos nos quais este ministério tenha responsabilidades? Tenho ouvido, não sei, aí na escola de Budo-Budo não tem lá formandos!?

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Sim.

O Orador: — É da responsabilidade do Ministério da Educação ou não?

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Não.

O Orador: — Ah, não é! Perguntei porque, efectivamente, pensei que houvesse alguns formandos.

Se não há, apraz-me que assim seja e que tenhamos sorte que o Governo brasileiro, pós Lula da Silva, esteja interessado em nos ajudar. Isto é extremamente importante.

Sr. Ministro, também gostaria de dizer-lhe que apraz-me ouvir isso, quando diz que, provavelmente, e está em carteira – não sei se o senhor sabe que eu tenho formação na área do turismo, para além do curso de economia, fui director de turismo durante algum tempo – acho que é um casamento extremamente importante que o turismo se associe à cultura e, já agora, a parte da comunicação social. Podia-se pôr também um bocado a componente polícia. Não é no aspecto repressivo, mas programas educativos de valores que poderiam associar uma peça teatral em que a polícia finge que está a prender alguém por razões A ou B. Portanto, acho que esses sectores aqui, Comunicação Social, Educação e Cultura e o Turismo são pedras angulares para que haja, efectivamente, um programa que possa fazer com que os nossos valores que estão a desaparecer, naquele sentido de valores que devemos fazer com que eles continuem de forma, permitam-me o termo, «do antigamente». Sei que o mundo moderno hoje, a globalização muitas vezes desvirtua esses valores, particularmente, quando somos das ilhas. Nas ilhas a aculturação é muito grande.

Mas, Sr. Ministro, ainda nessa questão, há uma escola, o Instituto Diocesano João Paulo II, IDF, às vezes faz-me espécie aquela escola. Tenho lá filhos, dois, feliz ou infelizmente, mas há coisas que não sei até que ponto o Governo, o Estado são-tomense pode, não digo imiscuir, mas tentar pôr alguma paragem, ou tentar harmonizar. Há feriados que o instituto não toma em consideração feriados nacionais, mas o feriado português, todos eles, o instituto toma em consideração.

Os alunos naquela escola estudam história de Portugal, geografia portuguesa, não tem nenhuma relação com a história de São Tomé, mesmo o limite que temos no aspecto de história. Uma vez que o Sr. Deputado Alcino Pinto levantou a questão da investigação dos nossos elementos ligados à cultura, muitas vezes porque estamos no período de safra, eles têm primeiro que tentar encontrar o *modus vivendi*, portanto, a subsistência dos mesmos, essa questão é relegada para segundo plano.

Sr. Ministra, faz-me espécie essa escola portuguesa. Não estou a criticá-la como tal, mas não há a possibilidade de fazer com que possa ser diferente. Porque repara: um indivíduo que faz 12.^º ano na escola portuguesa e que não tem oportunidade de sair para Portugal, ou se sai para um outro país ele vai muitas vezes despidio, completamente, das realidades são-tomenses.

Não sei até que ponto o Ministério da Educação pode, efectivamente, sendo ele o ministério que, chamemos assim, «o guarda-chuva», «o chapéu» de toda a educação e cultura do País, encontrar formas de estabelecer essa relação. Pelo menos fazer com que se valorize os nossos professores. Um professor são-tomense que se valorize lá porque ele vai ensinar o que é de São Tomé. Não sei o que é que se passa noutros países, se há escolas do mesmo tipo, mas acredito que uma escola francesa, por exemplo, na Costa do Marfim, não estuda apenas o *Pompidu*, a *Tour Eiffel* e outros. Deve estudar também o centro lá do papa do *Felix Bouaiê*, o Vaticano do...

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — *Diamusucro!*

O Orador: — *Diamusucro*, exactamente! Não deve ficar também limitado ao Vaticano de Roma.

Gostaria de perguntar até que ponto é possível!? Mas se é possível, gostaria que assim fosse, porquê? Porque até é vergonhoso para mim como são-tomense estar num sítio e dizer que «o meu filho estuda num instituto que só dá tudo de outro país...», é como a Santa Sé dentro de Roma. Estamos com uma escola completamente portuguesa, permitam-me, dentro do território são-tomense. Mas se fossem só os portugueses lá, tudo bem, mas quem lá estão são são-tomenses, grande parte.

Sr. Ministro, ouvi aqui falar de crianças com deficiências psico-motoras, não sei se é a expressão correcta e falou das madres...

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Irmãs!

O Orador: — Não sei diferenciar muito bem entre madre e irmãs, o senhor na sua profissão, também na fase da sua universidade sabe muito melhor que eu. Mas, permita-me, se peço em chamar madre ou irmã...!

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Está perdoado!

O Orador: — Muito obrigado Sr. Padre!

Risos Gerais.

O Orador: — Portanto, desculpe por esse pecado.

Temos, com ajuda pessoal minha, um técnico em Santana formado já nessa área, não sei se conhece...

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Qual é o seu nome?

O Orador: — Ele trabalho no jardim-escola, esteve comigo, contactei a Câmara de Cascais e ele já esteve lá umas duas ou três vezes, e as referências que tenho de Cascais é que é um indivíduo com um bocado de abertura. Creio que ele vive aqui na cidade, não sei como é que se chama. Mas ele trabalhava, ou trabalha, não sei – sabe que a gente quando faz a formação quer o melhor – se continua no jardim ou não. É do jardim de infância de Santana.

Relativamente a essa escola de Voz d'América, ela foi feita, creio que estive aqui nessa Sala para ganhar esta escola. O Simão Tôco de Angola convidou-me para uma actividade que deveria ter início por volta das 8 horas e meia, pensei que às 12 horas acabaria, mas ficamos aqui até as 20 horas e qualquer coisa. Comemos aqui, tudo que eles fizeram, tive que fazer, e tive a sorte de esta escola ter sido colocada lá naquele lado e parece-me que eles têm algumas exigências. Mas, pelo que ouvi do Sr. Ministro, creio que ainda o senhor não teve o tempo suficiente para convocá-los. Há um indivíduo de nome Florentino, foi até meu aluno, é ôcôssô...

Vozes: — Ôcôssô!

O Sr. Presidente: — Albino, correctamente falado.

O Orador: — Exactamente! Esse rapaz vive aí na zona de Boa Morte...

O Sr. Alexandre Guadalupe (ADI): — É meu primo!

O Orador: — É seu primo!?

Este indivíduo estaria em condições de colaborar consigo no sentido de, efectivamente, dizê-lo as coisas que são necessárias para essa escola. Porque sei que eles queriam nomear os seus directores e outras coisas mais. Agora, não há dúvidas que iríamos ter a «Santa Sé dentro de Roma», fazendo uma escola verdadeiramente religiosa, quando somos laicos em que o currículum fosse quase todo ele mais religioso do que, propriamente, o que nós preconizamos.

Por isso, aconselho o Sr. Ministro, de criar uma equipa técnica quanto antes porque, não há dúvidas, é um grande investimento, bom, que pode ser apropriado para nós e, de certo modo, resolver alguns problemas de Almas e, quiçá, de Santana. Particularmente, Almas e Riba Mato não sei como é que está, se há regime triplo ou não, o que eles querem concretamente, mas podia ser uma mais-valia para a educação àquela escola. Porque é uma grande escola e pode crer que dentro de algum tempo, se efectivamente conseguir meter lá água, no bom sentido – abastecer água – já há energia. Também já há água, só que há lá uma confusão que não estou a entender. Há lá um posto comunitário, o senhor pode ter a certeza que aquela zona aí vai se expandir com uma rapidez muito grande.

Portanto, Sr. Ministro, quando o Sr. Presidente levantou a questão, e que continuo a dizer, é que devemos ver a questão de direccionalizar os bolseiros. Quando falei da questão do custo/benefício é precisamente neste sentido. Se, efectivamente, um país tem melhores condições, sabemos que fazer formação dá-nos uma amplitude grande, mas depois essa formação só será formação se, localmente, quando a pessoa vier conseguir, no quadro de investigação, trabalhar.

Falando de investigação, era bom que a Educação visse bem essa questão da biblioteca. Porque os nossos ditos institutos aqui não têm uma verdadeira biblioteca e era bom que estudássemos essa possibilidade. Sei que há mesmo a possibilidade gratuita, é uma questão de cooperação e de procura, de encontrar livros de orientação. Há dias houve um economista que esta a procura de um Samuelson e parece-me que nessa nossa biblioteca não o tem.

Portanto, são tomos que acho que a Educação deveria dar uma certa atenção, na modernização e actualização da biblioteca de modo a que os alunos nossos se enriqueçam. Esses que fazem a formação aqui, que já é, um tanto ou quanto...

O Sr. José Diogo (ADI): — De pouca qualidade.

O Orador: — Não, não é de pouca qualidade. Meus amigos, toda formação é boa! As feitas em São Tomé, as pessoas falam do IUCAI, sim senhor, pode não ter aquela pujança de formação feita na universidade de Porto, de Coimbra, de Estrasburgo, mas seja como for é formação. O que é fundamental é que ela sirva para depois a pessoa saber investigar. Porque no fundo formação universal é mais nesse sentido.

Mas, havendo uma boa biblioteca creio que esses nossos alunos, os que acabam a formação aqui, poderão dar uma melhor orientação a sua vida profissionalmente e, posteriormente, ajudar o País porque é isso que ele necessita.

Um pequeno aspecto que gostaria de perguntar, é o seguinte: Sr. Ministro,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, gostaria que fizesse um esforço de síntese por favor.

O Orador: — Sr. Presidente, desviamo-nos um bocado de números e o próprio contexto hoje permitiu que afastássemos dele. Por isso, é que estou a falar, um pouco fora deles. Quer o senhor e qualquer deputado que interveio aqui. Aliás, fui mais explícito quando falei de números...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, só pedi para ser mais...

O Orador: — Ah, o resumo!? Vou já acabar. Com a Educação, Sr. Presidente, é sempre bom que se fale na maior amplitude possível.

Sr. Ministro, equipamento escolar. O Sr. Deputado António Ramos falou disso, os temos e não temos, realmente, muita seriedade na sua importação. Creio que quem importa é *fast track*, quem faz o concurso, etc. Mas esse concurso é preciso que o Sr. Ministro, ou a pessoa que o Ministério da Educação indique para ir para lá, tem ser uma pessoa, realmente, a altura e capaz de bater os pés. Porque as compras do mobiliário escolar brandam os seus e o preço que são feitos.

Aquilo que o Sr. Ministro viu quando visitou algumas escolas. Quase todas elas têm aquele tipo de carteiras. Quando as carteiras são feitas assim nesse molde, com a humidade que temos, a própria escola que é feita para crianças, um bocado de agitar e o parafuso mexe para depois voltar a aparafusar, não acredito que pegue. Por isso dê atenção a isso. Um dia qualquer, bilateralmente, falarei consigo porque é um assunto um bocado restrito.

Muito obrigado. O Sr. Presidente está a ver como é que fui rápido!?

O Sr. Presidente: — Obrigado, o senhor falou por volta de 20 minutos! Até estamos aqui a discutir se no próximo ano não vamos introduzir a regra do Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António para uma intervenção.

O Sr. José António (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, é só para dizer que o Sr. Ministro da Educação falou, e muito bem, com relação a falta de pessoal, eventualmente, para o novo liceu da Trindade.

Não sei se antes do Estado construir aquele liceu teve em atenção questões que tem a ver com os professores, sobretudo para trabalharem ali. Porque não sei se também há no Ministério algum levantamento com relação a pessoas com formação, que possam assegurar as aulas naquela instituição e que vivam nos arredores, quer da Trindade quer do próprio distrito de Mé-Zóchi. Porque o conhecimento que tenho é que há muitos estudantes que vieram de formação de Cuba, de Brasil, etc., que vivem nos arredores da Trindade. É uma questão.

Outra questão: há também professores que leccionam no liceu nacional e que muitos deles vivem nos arredores da Trindade. Não sei, o Sr. Presidente falava da questão de professores turistas, porque não há condições para atraí-los...

Murmúrio e protesto do Sr. Presidente.

... Não, o próprio Sr. Ministro disse que os professores são turistas e o Sr. Presidente argumentou que, se calhar, é porque não há incentivos para que os professores dedicassem mais tempos às escolas. Acho que qualquer pessoa que quero estar num sector a trabalhar, quer estar lá a tempo inteiro, o mais possível. Agora, acho que tem a ver com as condições. Não sei se as pessoas querem ganhar mais, ou talvez querem dobrar e desdobrar. Mas é verdade que as condições também têm uma grande influência.

Outra questão, tem a ver com as bolsas internas. Não sei, se os números estão a me enganar, mas dá impressão que IUCAI e Lusíadas, parece-me que se somar a bolsa interna directa dessas duas escolas ultrapassa, sobremaneira, a bolsa afectada à ISP. Não sei se há outra forma que o Ministério da Educação tem para afectar verba de bolsa de estudo à ISP. O Sr. Ministro já falou disso, mas não percebi muito bem. Porque ISP tem cerca de 1.200 milhões, enquanto a IUCAI tem 1.250 milhões e a outra instituição também tem 1.250 milhões.

Com relação ao mestrado, tenho aqui também um valor que não percebo. Estive muito atento a ver o Sr. Ministro a falar sobre essa questão, mas não a percebi muito bem. O valor que está cá é apenas para custear a despesa com os professores que vêm de Portugal para São Tomé e outras despesas inerentes à formação, ou tem alguma coisa a ver com a ajuda de custo também para os professores e outros que estão no ISP a fazer o mestrado. Se o Sr. Ministro me pudesse explicar ficaria bastante satisfeito.

Outra questão, tem a ver com o transporte. Não sei se também temos aqui uma forma de ajudar as escolas que têm um número elevado de alunos que, constantemente, tem havido problemas. Por exemplo, a escola secundária da Trindade, CATAP, particularmente, tem havido sempre problemas, que são normais e os professores têm feito esforços de levá-las para casa, ou para o hospital com transporte próprio. Recordo, trabalhei no liceu desde 1992, e o liceu nacional é uma escola que debateu muito essa questão e hoje tem uma carinha. Isso quer dizer que se bateu bastante para ter essa carinha e só tenho é que ficar bastante feliz por isso.

Mas existem escolas também com um número bastante elevado de alunos, se houvesse alguma rubrica, no que concerne ao investimento, no sentido de se arranjar algum transporte. Sei que estamos na era de contenção, mas para ver se conseguímos ajudar aquelas escolas que tem muitos alunos, que têm tido problemas e que os professores têm feito esforços para tentar ajudar esse alunos. Já tive caso de professor que levou criança para Monte Café e outras zonas distantes, e depois se perguntarmos se há alguma forma de apoiar esses professores dirão «não há». Eles fazem isso porque, pronto, também estão nas escolas para ajudar.

Mas se o Governo pudesse encontrar uma forma de afectar algum meio de transporte a essas escolas, acho que era bom para ajudar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção. Espero que seja breve para que o Sr. Ministro possa ver os últimos esclarecimentos antes de fecharmos.

Quero chamar a atenção para a questão do tempo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, irei ser bastante breve.

Acho que, de acordo com as questões que me foram expostas pelo Sr. Ministro, gostaria de dar dois conselhos: no caso da escola de Guadalupe, sobre esse fenómeno de santo, acho que a sua explicação foi bem dada. Gostaria que essas equipas criadas fossem dinâmicas e que nesse período de tempo tivessem um papel interventor constante. Em vez de esperarem o telefonema de lá para aqui, durante algum espaço de tempo, elas permanecessem ali a fazer esse trabalho que acabou de dizer, de modo a que não houvesse brechas para aquelas outras intervenções colaterais.

Porque realmente há pessoas que se aproveitam disso. Se fosse possível também trabalhar com a comissão de pais, mesmo outras formações políticas que houvesse um trabalho educativo, pedagógico para os pais. Porque também estou de acordo que não é o Estado que vai pagar o *d'jambi*, como disse e bem. Quem quiser que o faça! Portanto, o meu conselho seria de trabalhar com diversos grupos de modo a que eles estivessem ali, permanentemente.

Segunda questão, tem a ver com a escola de Voz d'América. Foi bem a sua explicação que foi complementada pelo Sr. Deputado Jorge Correia. Porque quando implantam essas instalações o Estado dá o terreno e, mesmo em termos do controlo dos currículos, deve ser o Estado. De modo a que haja um contacto com eles, o Sr. Ministro deve ser sempre a última pessoa a intervir, para que pudesse auscultá-los, como dizia o Sr. Deputado Jorge Correia. Damos terreno, às vezes eles depois mudam de ideia e querem vendê-lo. Por isso, eles deverão obedecer o critério do País, do Ministério da Educação. Essa questão deve ser extensiva, não só para eles como para outras instituições. Mesmo aquela escola diocesana, acho que o Estado aqui deverá exercer o seu papel como autoridade máxima, reitora e orientadora.

Eram essas duas pequenas notas.

Agora, para ir concretamente as questões, Sr. Ministro, acho que quando lhe tinha abordado a questão do ensino a distância era utilizando os meios da comunicação social, tanto a rádio como a TVS. Porque com isso poderemos aproveitar ver a questão dos comportamentos, das atitudes, da ética. Mesmo aproveitar no ensino esses aspectos educativos de consumo exagerado de *cacharamba*, a questão da reparação das carteiras, poder-se-á aproveitar isso. Digo isso porque tive o privilégio de trabalhar — eu e mais alguns que estão cá neste Sala — com o pedagogo brasileira João Paulo Ferreira. Aqui há documentos e muitas questões que poder-se-á utilizar.

Para terminar a minha intervenção, sobre a questão de uma verba que está adstrita ao estudo para a criação das universidades. Acho que reporta apenas ao estudo. Gostaria de saber, Sr. Ministro, se há algumas instituições que já pedem para instalar algumas universidades em São Tomé. Estava a perguntar a alguns colegas meus e há umas que já estão em Cabo-Verde e Angola, não sei se...

Vozes: — Piaget!

O Orador: — Exacto, Piaget! Não sei se eles já pediram para aqui, ou se há algum estudo nessa matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos para uma intervenção.

O Sr. Martinho Domingo (ADI): — Sr. Presidente, vou ser muito prático.

Apenas para esclarecimento, temos aí uma rubrica, «bolseiros internos», depois, independentemente dessas instituições de ensino, a IUCAI e o ISP, também contemplam bolsas de estudo, então gostaria que o Sr. Ministro explicasse essa questão de bolseiros internos e bolsas a essas instituições internas.

Depois gostaria também de solicitar: o Sr. Ministro quando se refere aqui da formação dos professores para a melhoria do sistema do ensino. Independentemente de bolsas, sabemos que há muitos professores que estudam nessas instituições de ensino e recebem bolsas, como o caso do ISP. Mas, depois quando fala aqui de formação dos professores, não sei qual é a formação que quer referir aqui. Gostaria que o Sr. Ministro me explicasse.

Para dizer também que o sistema de ensino tem que funcionar num todo. Falou-se aqui de metodólogos, há metodólogos que às vezes não fazem o trabalho. Sabemos, e o Sr. Ministro disse bem, que há professores turistas; também pode-se dizer que há metodólogos turistas. Se o sistema é um todo e tudo deve funcionar, acho que se deve pensar nesse sentido e tentar inverter a situação. Conheço muitos metodólogos que, praticamente, não passam na Direcção do Ensino, porque eles fazem *part-time* também noutros centros de ensino e, certamente, lá ganham mais, então, fazem mais tempo naqueles centros de ensino. Penso que o Sr. Ministro também pode imaginar aquilo que quero dizer.

Como também trabalho no IDF, só gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Correia que os feriados nacionais são contemplados ali. Apenas a tolerância de ponto é que não. Porque o IDF tem um programa, tem uma calendarização e não a tomam em consideração. Mas os feriados nacionais sim!

Também estou totalmente de acordo com o Sr. Deputado quando se referia à nossa cultura, alguns conhecimentos que os alunos devem ter. Mas também para dizer que esse é um sistema de ensino e tem um currículo. O currículo de IDF é totalmente diferente ao nosso, é português. Agora, se é um currículo português eles têm que cingir ao mesmo. Mas, não implica que o Ministério de Educação não possa procurar um meio-termo junto a instituição IDF para tentar, mesmo nas actividades extra-curriculares, implementar essas questões.

É apenas isso que queria colocar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a discussão está sendo apaixonante, todavia impõe-nos o tempo e temos que começar a limitar.

Sr. Ministro, vou passar-lhe a palavra...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno reparo.

O Sr. Presidente: — Se faz favor, tem a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, primeiro para lhe dizer que a mim, pessoalmente, não me preocupa muito a questão do tempo. Trata-se de uma matéria extremamente complexa e se estivermos a direcionar a coisa no lugar certo a questão «tempo» não se põe. Temos que encontrar formas de trabalhar, nem que tenhamos que trabalhar de noite. É só um remarque em relação a questão de tempo que o senhor levanta.

Agora, em relação ao Sr. Ministro, gostaria de referir a duas coisas simples: Sr. Ministro, quando falei do primeiro de Junho e do montante não estava a criticá-lo. Estava, precisamente, a dizer ao senhor que, porventura, se o valor aqui designado não fosse aquele que acha que deve ser que pudéssemos encontrar forma de poder aumentá-lo. Porque sei quantas são as reclamações nas escolas nas vésperas e no dia primeiro de Junho. Sei que os pais se associam a essa festa, ajudam realmente. Aliás, agora, até já não fazem o que faziam antigamente. Houve um período que a festa parecia mais de pessoas crescidas. Já houve casos inclusive de pais que levavam whisky para a escola – eu conheço, não me contaram...

Vozes: — É verdade!

O Orador: — Não, agora parece-me que já não o fazem muito.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado não tem alunos na escola primária?

O Orador: — Não. Portanto, é algo que, efectivamente, a educação deveria segurar e não deixar levar bebidas alcoólicas. Num país em que estamos a ser devastados por bebidas alcoólicas, a Educação deveria apertar para não entrar nem uma gota dessa bebida nas escolas. Seria mesmo proibi-las, peremptoriamente, no meu entender! Trata-se do dia de festa de crianças devia ser tudo virado para crianças. Mas o que acontece é que se vai fazer festa mais para adultos do que para crianças. Elas estarão a brincar e os pais a comer e a beber. Sei que nesse dia todas as escolas querem sumos e outras coisas, porque há crianças, efectivamente, que não têm nada. Daí que os professores pedem.

Por isso, é que estou a falar dessa verba. Não é que ela seja volumosa, não estou de maneira alguma a criticar o Sr. Ministro, ou coisa assim, mas é bom que se achar que, realmente, há necessidade de alguma coisa que possamos em conjunto encontrar uma solução. Está cá o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional...

Risos gerais.

Que nos possa brindar com essa ou aquela verba de modo a reforçá-la se for o caso.

Há uma questão que gostaria de colocar, que também foge um bocado: Sr. Ministro, estamos num período que se diz que «daqui a algum tempo vamos entrar na era do petróleo», e petróleo com a língua inglesa são coisas que andam de mãos dadas. Se não soubermos trabalhar perderemos muito – sei que há escolas privadas que ensinam inglês. Mas era bom que também ao nível da Educação e da Cooperação, às vezes sem grandes custos – por exemplo o Ministério da Defesa tem um laboratório bastante bom de inglês – se calhar o senhor, na conversa com os seus homólogos, talvez pudesse encontrar outros laboratórios de língua inglesa. Porque, da minha burrice, até o servente de uma empresa ligada ao petróleo vai-se lhe exigir, nos próximos tempos, que ele saiba algumas coisas em inglês, pelo menos «good morning».

Daí que era bom que tentássemos emancipar um bocado o inglês, tendo em conta que é a base hoje de quase todas as nossas grandes literaturas no mundo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Jorge Correia fez observação à questão do tempo, mas estou sendo, como dizer, complacente! Estamos a discutir o orçamento na especialidade e se estou a deixar as coisas a continuarem assim é porque acho que os esclarecimentos são necessários para a nossa acção de fiscalização e de controlo.

Mas os Srs. Deputados também têm que estar de acordo comigo que, rigorosamente, não estamos a discutir o orçamento na especialidade. Por isso, é que noutro dia estava a chamar a atenção, que façamos as nossas considerações, mas que terminemos com propostas e até agora não há propostas. Aqui é para discutirmos, propormos e alterarmos, se for necessário, números e rubricas. Mas estou a deixar porque quero que todos estejamos devidamente esclarecidos, porque é nossa missão a fiscalização – espero que este ano seja melhor que os outros. Para fiscalizarmos temos que saber, concretamente, e estar no espírito do realizador, saber o que ele propõe.

Mas, vamos ser mais concisos, Srs. Deputados, e porque já temos a Sr. ^a Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais aqui e convidamo-la para 10 horas.

Sr. Ministro, espero que com essa última intervenção consiga de facto resolver a questão.

Gostaria de, já agora, pedir ao senhor um esclarecimento: no rol do que vai fazer, porque é que não está contemplado o acervo de biblioteca nacional?

Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Sr. Presidente, vamos seguir a ordem das intervenções.

O Sr. Deputado Alcino Pinto no início, ainda na questão cultural, perguntou «para quando o término do liceu da trindade?» Tudo indicava que seria em Dezembro de 2010, mas não se concluiu porque haviam algumas questões de alteração ligadas à água e energia. Portanto, o que se pensava, inicialmente, não era viável tendo em conta a irregularidade da zona de captação da água e depois da energia.

Estava-se a espera da EMAE para avançarmos e até hoje ela não deu respostas. Então, isso atrasou-se e esperamos que se possa resolver. Ainda na sexta-feira estive com «Soares da Costa», reavaliámos o processo e penso que da parte da obra em si já está concluída, e a entrega será em Março. Faremos os possíveis para que no próximo ano lectivo já tenhamos alunos. Neste momento temos já pessoas reunidas a trabalhar para garantir a beleza da escola.

Em relação ao montante da comissão de estudos que se levantou. É verdade que a investigação requer recursos e financiamentos, mas este montante tem a ver com a instalação da equipa. Mas já tínhamos feito um trabalho prévio com algumas pessoas que contactamos, historiadores e sociólogos nacionais. Para um centro desse, que montante mais ou menos e que estimativa salarial. Com a estimativa que temos aqui pode garantir o funcionamento de uma pequena equipa ao longo deste ano. Esta equipa vai instalar o centro, mas trabalhando um pouco neste domínio de investigação.

Há estudos e o que é que acontece? O consultor, ou o técnico é recrutado, ele tem um salário mensal, mas ele tem uma planificação, portanto, num tempo x ele tem que apresentar um estudo. Haverá estudos recomendados, estes sim, normalmente, são coisas mais avultadas que também pode-se buscar financiamento externo.

Na sua primeira intervenção, agora que me lembrei, perguntou se já havia uma comissão para a universidade pública que queremos criar. Portanto, já discutimos esse assunto, reunimos com a professora Alzira e então agora precisamos implementar a comissão. Nesta comissão trabalhará também, se calhar, o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, no estudo e na viabilidade do projecto, o que é necessário, como será, etc. O objectivo que queremos é numa primeira fase arrancar com três pólos, mas para isso há trabalhos a serem feitos nos possíveis pólos, que é transformar a EFOP em escola superior de formação e também o Instituto Sá Machado para Instituto Superior de Enfermagem. Como é que isso é possível, se é viável ou não. Portanto, essa equipa vai trabalhar nisso. Depois queremos que até Julho tenhamos uma proposta concreta e assim já poderemos inscrever no orçamento de 2012 com acções mais concretas.

Mas quando falamos nessa questão de mestrado e doutoramento já estávamos a pensar nisso. Portanto, o arranque do mestrado o que é que acontece? Quarenta por centos dos professores têm que ter um nível de doutoramento. Entretanto, fizemos uma estimativa com elevação desse grupo de professores actuais para o mestrado e dentro de dois anos teremos mestres. Arrancando uma equipa, também em Novembro para doutoramento em ciências de educação, se a pessoa for aplicada em dois anos termina. Portanto, se supõe que dentro de três anos temos um corpo docente que pode já assumir esta universidade. Planeamos nesta perspectiva.

O Sr. Deputado Jorge Correia, na sua primeira intervenção – esqueci-me de abordar – referiu-se sobre as verbas das construções. Isso está de acordo com os projectos a apresentar, outras a ver com a reabilitação e ampliação, portanto, são questões já feitas.

Sobre o IDF. É verdade que há esse problema, mas também trabalhei no IDF e o trabalho também depende de nós são-tomenses. Porque havia uma liberdade de professores são-tomenses fazer a aplicação do contexto são-tomense. Portanto, os professores também têm que ser criativos em acrescentar a parte são-tomense, no âmbito da história, ao currículo. No início de cada ano, na primeira semana, todos os professores têm que apresentar o seu plano anual, onde, dificilmente, os professores são-tomenses incluíam-no na sua actividade. Mas há um protocolo de padres com o IDF, onde o Ministério é intermediário e também assinamos, é uma renovação. Fizemos essa nota e está escrito, que documentos explicitamente escritos sejam incluídos algo sobre a história de São Tomé.

Sobre a biblioteca. É verdade que é necessário que haja bibliotecas, mas temos a biblioteca nacional que precisa de ser reforçada. Mesmo o espaço, sabemos que se foi colocando instituições ali – mesmo a Assembleia Nacional tem ali um espaço – e está a dificultar hoje requalificarmos a própria biblioteca. Mas acho que vamos dar uma nova dinâmica, aí respondendo um pouco a questão. Não há uma verba direcionada para a biblioteca, como disse, nem tudo se consegue fazer num ano, mas a nossa prioridade para este ano é dinamizar a parte da biblioteca infantil.

Sobre a escola de Voz d'América, seguirei o seu conselho, vamos ver isso.

O Sr. Deputado José António falou da questão dos estudos. Como sabemos, não há, mas acho que já não é momento de estarmos a ir buscar o que sucedeu no passado. O facto está consumado, agora temos é que encontrar soluções para avançarmos.

Falou dos estudantes de Cuba, e não só como também do Brasil. São dados falsos! As pessoas querem, mas enquanto não encontram outra actividade. Mesmo no ano passado o liceu teve problemas, porque muitos

começaram, mas ao longo do semestre abandonaram. Já encontraram outros lugares, na CST, nas Finanças, etc., portanto isso não é fácil.

Perguntou também porquê a variação das bolsas internas? Portanto, o valor da propina de cada escola varia. A propina do IUCAL é diferente do ISP e do ISP diferente dos Lusíadas.

Bolsa de mestrado, como já disse – e me parece que não entendeu bem – está a fazer já o mestrado?

O Sr. **José António** (ADI): — Sim, estou a fazer.

O **Orador**: — Ah bom, então se calhar quer saber se há bolsa para si!

Risos gerais.

Tivemos na quinta-feira, justamente, com a Dra. Alzira e já analisamos este aspecto, que haverá também bolsas de mestrados para estudantes locais. Mas há três propostas: 100%, 75% ou 50%. São pessoas que trabalham e podem também contribuir um pouco. Mas essa verba é mais para os compromissos que temos com essas universidades, depois os professores, a estadia, etc.

Transporte para cada escola, não sei se mesmo a longo prazo é viável. Porque acho que vale a pena fortalecermos – penso que a Sr. ^a Ministra da Saúde falará disso – portanto, há ou não a estratégia de colocar ambulâncias em cada distrito e acho que são elas que darão suporte a esses casos. Em outros países é até proibido o senhor levar alguém para o hospital, mesmo em caso de emergência tem que ser especialistas para transportar o doente.

A nossa ideia é que as próprias ambulâncias possam dar essa resposta. Porque com esses transportes, depois vem a manutenção destes e a Educação não tem meios para garantir a sua sustentabilidade. A ideia é boa, mas não temos como garantir essa sustentabilidade. Mas se houver essa tese de ambulâncias por distritos acho que podemos dar conta do recado.

Ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano sobre a comissão dos pais. É verdade que na quinta-feira abordamos, na sexta-feira os psicólogos tiveram encontro com os professores para sensibilizá-los. O que é que acontece? Quando há um só caso a população vem em massa a escola. Então, isso tem prejudicado os próprios professores, que ficam com medo, para não reagir contra a população. Portanto, houve essa sensibilização, convidou-se também os responsáveis da polícia para participar no encontro, porque o objectivo é que haja polícias também nas escolas para que quando há esse problema para tranquilizar a população e facilitar as coisas. Estarão também dois psicólogos para ajudar quando começarem as provas.

Cursos a distância, também vamos explorar isso para tomar contacto com o projecto.

O Sr. Deputado Domingos falou da bolsa interna. A bolsa interna aqui tem a ver com o ensino do centro politécnico.

«Formação dos professores para a melhoria do sistema de ensino», tem a ver com o EFOP. O que é que acontece? Precisamos de formar os professores nesse contexto da reforma e também várias formações que são necessárias para eles próprios. Muita gente vem dar aulas, mesmo as que vieram de Cuba e do Brasil, mas não têm a componente pedagógica. Portanto, vamos aproveitar as férias, como em Agosto e a EFOP vai dando cursos de pedagogia a esses professores. Vamos dar um tempo e a partir dele determinar, quem não tem formação pedagógica não pode ser professor. Porque sem essa componente pedagógica atrapalha a qualidade do ensino.

Quanto aos metodólogos, tudo isso tem a ver com o que falamos do modelo organizacional. Portanto, essa estruturação desse modelo vai envolver a inspecção, os metodólogos e tudo o mais. Quando trabalharmos essa disciplina, se o implementarmos vai gerar resultados em todos esses domínios.

Daquilo que apontei julgo que já respondi da vez passada e o Sr. Deputado só reforçaram.

Quanto a questão do whisky, acho que já foi uma norma só que as pessoas não a respeitam. Houve um despacho que pedias que próprios directores têm que fiscalizar para evitar isso. Portanto, é uma questão de mais disciplina.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há alguma questão que ficou por esclarecer?

Negaram, acenando com a cabeça.

Não sendo o caso, Sr. Ministro, obrigado pelos esclarecimentos feitos e vamos considerar aprovado o orçamento do Ministério da Educação e Cultura por consenso, como habitualmente temos feito.

Eram 10 horas e 45 minutos.